



Educações Populares e Movimentos Sociais nas Crises da Modernidade: um olhar através dos Estudos Pós-Coloniais

Educaciones Populares y Movimientos Sociales en las Crisis de la Modernidad: una mirada desde los Estudios Poscoloniales

Janssen Felipe da SILVA¹ | Everaldo Fernandes da SILVA² | Jaqueline Barbosa da SILVA³

Resumo: Este artigo trata da relação entre Movimentos Sociais (MS) e Educação Popular (EP) no contexto de crise paradigmática da sociedade moderna, à luz dos Estudos Pós-Coloniais, ressaltando a dinâmica de ressignificação mútua, contraditória e assimétrica que tanto os MS como a EP têm passado. Os principais autores utilizados para desenvolver este trabalho foram: Santos (1997, 1998, 1999, 2000b, 2000a, 2002, 2006), Mignolo (2005, 2011), Quijano (2005) e Martins (2012). O texto está estruturado da seguinte forma: a primeira parte discute os estruturantes e as bases conceituais que ergueram a sociedade moderna, acentuando as transformações e as permanências; a segunda parte versa sobre os Movimentos Sociais e a Educação Popular sob a ótica da crise das ciências modernas e da emergência de ciências assentadas em epistemologias outras. Por fim, as considerações finais que anunciam a natureza epistemológica da Educação Popular e dos Movimentos Sociais, valendo-nos de epistemologias que não se restrinjam aos paradigmas hegemônicos modernos de ciência.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Educação Popular. Estudos Pós-Coloniais.

Resumen: Este artículo trata de la relación entre Movimientos Sociales (MS) y Educación Popular (EP) en el contexto de la crisis paradigmática de la sociedad moderna a la luz de los Estudios Poscoloniales, haciendo hincapié en la dinámica de replanteamiento mutuo, contradictorio y asimétrico que tanto los MS como la EP han pasado. Los autores principales utilizados para el desarrollo de este trabajo fueron: Santos (1997, 1998, 1999, 2000b, 2000a, 2002, 2006), Mignolo (2005, 2011), Quijano (2005) y Martins (2012). El texto está estructurado de la siguiente manera: la primera parte se analizan los estructurantes y las bases conceptuales que erigieron la sociedad moderna,

- 1 Pedagogo pela Faculdade de Filosofia do Recife (1995), Mestre (2001) e Doutor (2007) em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação (CE) no Núcleo de Formação de Professores e Prática Pedagógica e do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea do CAA no Núcleo de Formação de Professores, Ensino e Aprendizagem. Membro do NUFOPE (Núcleo de Formação Pedagógica dos Professores Universitários da UFPE). Membro do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Formação em Educação do Campo (NUPEFEC) do CAA. Pesquisador dos Grupos de Pesquisa: a) Ensino-Aprendizagem e Processos Educativos; e b) Laboratório de Estudos Antropológicos do CAA; e dos Grupos de Pesquisa: a) Formação de Professor e Profissionalização Docente e b) NUFOPE do CE-UFPE. Coordena o Grupo de Estudo Pós-Coloniais e Teoria da Complexidade em Educação.
- 2 Graduado em Teologia pelo Instituto de Teologia do Recife (1985); Mestrado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (1988); Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2008) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2011). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, no Centro Acadêmico do Agreste, e membro do Conselho Editorial da Revista Interfaces de Saberes (FAFICA).
- 3 Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada em Pedagogia pela UFPE. Atualmente é professora do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE, onde exerce a docência, a extensão e a pesquisa. Nessa mesma instituição coordena a área de Ciências Humanas e Sociais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID Diversidade - CAPES-SECADI-MEC). É pesquisadora/colaboradora da Red Latinoamericana de Estudios sobre Trabajo Docente (REDE ESTRADO) e membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professor e Profissionalização Docente/Núcleo de Formação Docente e Prática Pedagógica - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

destacando los cambios y las continuidades; la segunda parte versa sobre los Movimientos Sociales y la Educación Popular bajo la óptica de la crisis de las ciencias modernas y del surgimiento de ciencias basadas en otras epistemologías. Por último, están las observaciones finales que anuncian la naturaleza epistemológica de la Educación Popular y de los Movimientos Sociales, apoyándose en las epistemologías que no se limitan a los paradigmas hegemónicos modernos de la ciencia.

Palabras claves: Movimientos Sociales. Educación Popular. Estudios Poscoloniales.

Introdução

Temos acompanhado diariamente, pelos meios de comunicação, os protestos das populações nas ruas, que se espalham em vários continentes, marcando presença desde o Oriente Médio, os países da América Latina, até o leste europeu com as recentes incursões da Rússia na Ucrânia, repetindo os velhos esquemas políticos, econômicos e culturais de dominação inerentes à lógica e aos mecanismos da modernidade.

Tendo presente estes e outros acontecimentos e dinâmicas sociopolíticas que se mostram patentes nos cenários continentais, regionais e locais, intencionamos destacar contribuições crítico-epistemológicas da Educação Popular (EP) e dos Movimentos Sociais (MS) nas empreitadas coletivas emancipatórias sob múltiplos emblemas. Adiciona-se ao nosso escopo, evidenciar as crises e insuficiências do modelo de sociedade contratual, de pretensão hegemônica em nome do Mercado, produzindo, desse modo, a emergência de projetos societais e de epistemologias outras que, por sua vez, demandam revisitações da Educação Popular e dos Movimentos Sociais. Para tanto, elegemos como lentes interpretativas os Estudos Pós-Coloniais.

Partimos da compreensão de Educações Populares e não de Educação Popular. Isto porque entendemos que o Popular não é um conceito e tampouco uma experiência universal, invisibilizando sujeitos e singularidades simbólicas de espaço-temporais⁴ diversos. O Popular ganha sentido na localidade em interação com outras localidades; ademais, uma vez que a nossa compreensão de Popular tem suas bases na localidade, o sentido de Popular converte-se em Populares, em sujeitos individuais e coletivos, corpóreos, históricos e concretos. Portanto, a educação fundada nessa perspectiva não pode ser compreendida universal, genérica e com ares de abstracionismos. Por isso denominamos de educações, cujas bases teóricas e respectivas práticas têm vieses ora aproximados, ora paradoxais, ora específicos. Neste horizonte compreensivo, temos Educações Populares que se produzem e se materializam nas relações conflituosas no local, interlocal e global.

4 Utilizamos esta compreensão da relação tempo-espaço em consonância com o termo latino *spatium*, que na física sugere a extensão tridimensional ilimitada que comporta a matéria à base de elementos corpusculares (átomos e moléculas) e, ao mesmo tempo extremamente variáveis, ondulares e assimétricos. Marcelo Gleiser esclarece-nos melhor, afirmando que na cosmologia, “o espaço não é rígido: é elástico, capaz de esticar e encolher com se fosse um balão de borracha” (2010, p. 87). Com esta terminologia queremos realçar a amplitude do *popular* que, interno e externamente, comporta e traduz a vastidão de percepções, expressões, experiências e saberes contidos nos sujeitos singulares e plurais, mediante as sutilezas e formas específicas de cada contextualidade.

O presente artigo está organizado em duas partes. A primeira desenvolve os estruturantes e as bases conceituais que ergueram a discussão da sociedade moderna, acentuando as transformações e permanências ao introduzir, neste debate, os princípios gerais dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos. E, a segunda parte, trata dos Movimentos Sociais e a Educação Popular sob a ótica da crise das ciências modernas e da emergência de ciências assentadas em epistemologias outras.

Por fim, as considerações finais anunciam a natureza epistemológica da Educação Popular e dos Movimentos Sociais, valendo-nos de epistemologias que não se restrinjam aos paradigmas hegemônicos modernos de ciência.

Crise da Sociedade Moderna: transformações e permanências

Compreender os Movimentos Sociais e as Educações Populares hoje requer um olhar sobre a constituição e as crises da sociedade moderna. Propomo-nos a desenvolver esse olhar através das lentes dos Estudos Pós-Coloniais (MIGNOLO, 2005, 2011; QUIJANO, 2005). Ou seja, analisar as crises geradas nas entranhas da Modernidade devido às suas contradições constitutivas não tomando a própria Modernidade como referência dessa análise. Objetivamos refletir sobre tais contradições por meio de suas negações e silenciamentos. Isto significa assumir como parâmetro de análise o que foi denominado e tratado como periferia, subalterno e inferior. Assim, em vez de ser o Norte Global os pontos de partida e de chegada das narrativas explicativas, adotamos o Sul Local-Global como o lugar-tempo-sujeito de referência dos enunciados.

Deste modo, não se trata de uma revisão bibliográfica, de uma simples mudança de olhar numa perspectiva dualista greco-romana, cartesiana ou pautada nos vícios saturados das democracias representativas formais (partidos de direita ou esquerda, da situação ou oposição). Toma assento uma leitura de mundo em que a geopolítica do conhecimento, as particularidades e as reais situações, conflitividades, limites e possibilidades são compreendidos a partir das virtualidades locais e interlocais, abertas, dialógicas e ampliadas, descortinando-se caminhos outros, inventivos de novos engenhos de introversões, de cosmovisões e de convivência em suas diferentes expressões, formas e direções.

As turbulências que assolam a atualidade intensificam as tensões entre mudanças e permanências das estruturas epistemológicas, socioculturais, econômicas e políticas da sociedade moderna e, conseqüentemente, das Educações Populares e dos Movimentos Sociais. Vivemos uma realidade de múltiplos contextos, os mais díspares possíveis, como Santos (1997) destaca

a modernização científico-tecnológica e neoliberal [se] alastra [...], paradoxalmente, na mesma medida em que alastra a sua crise, certificada por aquilo que parecem ser as suas conseqüências inevitáveis: o agravamento da injustiça social através do crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social, tanto a nível nacional como a nível mundial; a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta (p. 91).

A sociedade moderna há tempo está em crise, sofre com a erosão de suas certezas, promessas e avanços. Mesmo antes do entardecer do século XX, a sociedade filha do Iluminismo, da Revolução Francesa, Industrial, da invenção da Europa e da colonização da América, da África e da Ásia, já dava sinal de debilidade, de seu falecimento. Há quem diga que acabou antes mesmo de terminar e continua mesmo já tendo a cortina do seu palco sido declinada. Não esperou o século XX dar seu aceno de despedida, a sociedade emergente já se apresentou, foi apressada em estrear, com um enredo não muito distante do anterior, apesar das luzes de néon da globalização incessantemente tecnológica.

Neste diapasão, a sociedade do futuro tornou-se presente antes mesmo do presente se tornar passado. Com isso o tempo-lugar atual caracteriza-se pela simultaneidade de interinfluências de diferentes ordens, lugares, significados e intensidades de vários tempos-lugares de modo sub-reptício ou em forma de vitrine. Nesta arquitetura das Sociedades Modernas-Coloniais em que a relação espaço-tempo tece ambiguidades, a competitividade adquire legitimidade sob a custódia do império do capital, gestando suas contradições radicais, classificando tudo e todos no binômio da superioridade ou da inferioridade, numa estrita obediência ao pensamento único herdado do hemisfério Norte.

Nesse cenário de transformações e permanências, frisamos que, por um lado, tanto os Movimentos Sociais como a Educação Popular da matriz Freireana colaboraram para evidenciar a insuficiência da modernidade em cumprir com suas promessas, ou melhor dizendo, denunciaram a sua face mais perversa: a colonialidade; por outro lado, na dinâmica de simultaneidade e complementaridade, a própria crise da modernidade e colonialidade incita os Movimentos Sociais e a Educação Popular a se resignificarem.

Para analisarmos esse novo velho mundo, partimos de duas compreensões. A primeira de Santos (1999), de que o “contrato social é a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna, uma obrigação complexa e contraditória porque foi estabelecida entre homens livres [no intuito de] maximizar e não minimizar essa liberdade” (p. 33). Um contrato firmado sob o discurso da emancipação social dos sujeitos, mas que se utiliza da regulação social para sua efetivação. Ou seja, a emancipação social se substancia na proporção em que a regulação social cria as condições para tanto, essa foi a promessa da modernidade e também matriz de suas contradições. Essas contradições são evidenciadas na medida em que a regulação se sobrepõe à emancipação e a restringe a poucos sujeitos sociais.

A segunda, fundada nos Estudos Pós-Coloniais em que a colonialidade (MIGNOLO, 2005, 2011; QUIJANO, 2005) é a face oculta do contrato social da modernidade. Enquanto a modernidade coloca em evidência o discurso da emancipação, da libertação, da ordem, do progresso e do desenvolvimento, de forma oculta, a colonialidade cometeu as mais *perversas atrocidades* através de suas dimensões do poder, do ser, do saber e da natureza.

No momento em que a regulação se sobrepõe à emancipação, através da colonialidade do poder, e a emancipação fica restrita a poucos, os Movimentos Sociais e a Educação Popular adquirem fôlego, intensificam seus papéis e consolidam suas identidades

críticas e propositivas. A exacerbação da força e do ideário reguladores da sociedade moderna, contraditoriamente, incita as forças opositoras do projeto moderno capitalista hegemônico eurocentrado a denunciar: a) o autoritarismo regulador do Estado Moderno travestido de democracia liberal; b) e a circunscrita emancipação das classes burguesas. Ressaltamos que entre as principais forças opositoras temos os Movimentos Sociais de resistência e a Educação Popular decolonial de inspiração Freireana.

Para Torres (2013), *a pedagogia decolonial* é condição primordial para que se fortaleçam projetos de sociedade mais comprometidos com o rico diálogo intercultural do que com a homogeneização e silenciamento de sujeitos individuais e coletivos. Nesta direção, destacamos que este projeto sugere, entre outros, o rompimento dicotômico entre centro e periferia, bem como a reconstrução equacionada do Norte Global e Sul Global. Este avanço epistemológico da decolonialidade⁵ é evidenciado por Martins (2012) a partir de dois movimentos; são eles:

[...] uno de recolonialidad bajo la dominación simbólica, tecnológica y de culto a la sociedad de consumo; outro, de deconstrucción de la colonialidad bajo el surgimiento de movimientos de intelectuales y activistas que organizan redes transnacionales importantes para liberar las fuerzas sociales creativas (p. 36).

A sociedade firmada nos princípios da decolonialidade anuncia-se como uma sociedade adulta, democrática e livre da ignorância da pré-modernidade. Dita como um lugar onde prevalecem os interesses comuns sobre os particulares, o público sobre o privado, a justiça sobre a opressão e a exploração, a civilização sobre o selvagem. Em contrapartida, a sociedade moderna é regulada por um Estado Nacional forte, impostamente uni-identitário e monocultural, cuidador de seus habitantes, os *cidadãos restritos*⁶, representantes da soberania nacional. Uma sociedade civil organizada, iluminada pelos ganhos tecnológicos gerados pelas ciências modernas e protegida pelo Estado Provedor. A sociedade erguida na modernidade diferencia-se daquela que acentua-se no projeto decolonial, seja pelos conhecimentos escolares fundados nas ciências modernas e negadores dos saberes populares, seja pelos saberes daqueles e daquelas que foram subalternizados historicamente, principalmente os povos indígenas e afrodescentes do continente americano.

Assim se anunciavam os novos tempos: um mundo contratual, em que o trabalho era a premissa para a inserção dos sujeitos nas teias sociais como cidadãos trabalhadores, a carteira de trabalho assinada era a garantia para a progressão emancipatória. O trabalho transformava-se no amuleto produtor de identidades e de realidades geradoras

5 Para aprofundar as discussões decoloniais, consultar Paulo Henrique Martins, *La decolonialidad de América Latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria* (2012); e, Denise Xavier Torres, *Concepções de avaliação da aprendizagem de professoras que atuam em escolas situadas em áreas rurais* (2013).

6 Cidadania restrita na sociedade moderna refere-se à cidadania de classe, de ser letrado e de ter poder aquisitivo; nestes termos, ser cidadão não está vinculado à condição humana, mas à condição de classe e/ou de grupo sociocultural, configurando-se cidadania restrita e não universal.

de riquezas; contudo, não era por meio do trabalho que se dava a apropriação dos bens de melhor sobrevivência, constituindo-se um engodo, um paradoxo gritante da modernidade. Vale ressaltar que, com racialização da sociedade moderna, enquanto uma das pilastras do padrão mundial de poder, há também a racialização do trabalho, em que, no primeiro momento da modernidade (colonização e colonialismo) o trabalho assalariado era reservado aos brancos, o trabalho servil aos denominados índios e o trabalho escravo aos classificados como negros (MIGNOLO, 2005, 2011; QUIJANO, 2005).

A necessidade de racializar a sociedade se deu para justificar racionalmente uma nova leitura de mundo, uma nova cosmovisão: a europeia moderna. Assim, essa nova cosmovisão via a sociedade nos seus estágios pré-modernos caracterizada por um estado natural, pouco civilizado, rural, campestre e artesanal, que na compreensão da própria modernidade representa uma sociedade atrasada. Por conta disso, ao Estado Moderno são dados plenos poderes para retirar a sociedade do emaranhado rural-artesanal selvagem para introduzi-la nas teias do urbano-industrial civilizado, numa perspectiva linear eurocêntrica do selvagem para o civilizado. Quanto mais a sociedade encontrava-se na escuridão pré-moderna, mais fazia-se estruturalmente necessário um Estado forte, enérgico, protetor e provedor que corporificasse a colonialidade. Havia urgência em fortalecer o Estado Moderno Liberal para consolidar uma sociedade civil dita moderna, livrando-se por definitivo da aristocracia clerical e/ou monárquica, de uma plebe ignorante e dos selvagens, sejam ameríndios ou negroficanos⁷.

A plebe ignorante constituía-se heterogênea, pois, os brancos pobres, os ameríndios e os negroficanos não estavam no mesmo nível de classificação social. Os primeiros gozavam do *status* de serem do território de referência (Europa) e terem traços fenóticos que os classificavam como raça hegemônica (brancos); já os dois últimos pertenciam a territórios de não referência (América e África) e possuíam traços fenóticos que os colocavam numa classificação racial de subalternizados. Por isso, quando os imigrantes italianos vêm para o Brasil para trabalhar na lavoura de café, por exemplo, não vêm na condição de escravos, mas de trabalhadores.

A modernidade veio para "salvar", em tese, a todos, essa era a promessa. Desde que todos a aceitassem como modelo-padrão-referência de sociedade, de ser e de saber. Para tanto, uns fariam menos sacrifícios, outros poucos, nenhum sacrifício e outros muitos, bastantes sacrifícios. Todo sacrifício é válido em nome da ordem e do progresso. Aceitar a regulação e incorporar a colonialidade é fundamental para a garantia da emancipação da sociedade e dos sujeitos, assim declarava a modernidade de forma direta e indireta.

Por sua vez, constituídas as bases da modernidade, jamais se regressaria às trevas vividas na pré-modernidade. Quanto mais rápido firmassem os alicerces e elevassem as pilastras da modernidade, mas se aproximavam as possibilidades da emancipação social. Por isso, a urgência de aniquilamento das culturas ditas pré-modernas, selvagens, outras. Para

⁷ A denominação negroficanos é para ressaltar que não há somente negros de origem do continente africano, como é o caso dos negros do continente australiano, os chamados australóides.

ocorrer e sedimentar o avanço da modernidade era preciso firmar a contratualização das relações sociais, na sua racionalização e racialização. Para tanto era imprescindível a consolidação do Estado-Nação Moderno Uni-identitário. Este passaria a regular a sociedade em função dos interesses comuns, do bem-estar de todos a partir das relações representativas de poder: a democracia liberal que se manifestou numa grande farsa moderna.

Chamamos a atenção, fundamentado em Santos (2000a), que a contratualização da sociedade teve, como alicerces, o regimento de valores, um espaço-tempo privilegiado e um sistema comum de medidas; como pilstras, o bem-estar econômico e social, a segurança e identidade coletiva e a legitimidade de governação; e, como meios, a socialização da economia, a nacionalização identitária e a politização do Estado. Este último tendo o papel de mediador e de viabilizador dos processos de contratualização da realidade, assumindo a função muito mais de regulação das relações constitutivas da sociedade no que diz respeito à implementação da emancipação social. Na figura n.º 01, podemos verificar a centralidade que a politização do Estado possui na instituição da modernidade ocidental europeia branca.



FIGURA 01. Contratualização da Sociedade Moderna

A regulação se desenvolveu de maneira desequilibrada. Os princípios da regulação – Estado, Mercado e Comunidade – não se consolidam harmonicamente, ao contrário, houve a supremacia e a hegemonia do princípio do Mercado em detrimento dos outros

dois, isto é, “o pilar da regulação sofreu um desenvolvimento desequilibrado, orientado para o mercado” (SANTOS, 2000a, p. 57).

Nesta perspectiva, o Mercado assumiu a centralidade na regulação⁸ e tornou-se a referência e a força motriz de sua consolidação. Assim, além da primazia da regulação sobre a emancipação, a primeira ainda sofre de assimetria na sua natureza, reduzindo o Estado e a comunidade aos interesses do Mercado. Nesse quadro, podemos observar que na sociedade contratual há predominância da regulação sobre a emancipação, do Mercado sobre o Estado e a Comunidade.

Assim, percebemos que não é qualquer predominância da regulação, mas sim uma regulação que cria e consolida as condições de uma sociedade capitalista, normatizando a exploração do trabalho e a produção de riqueza de forma tal que a alienação e a mais valia são regulamentadas, em certa medida, para serem naturalizadas.

Vale salientar o papel fundamental de acomodação social, política, cultural e epistêmica da educação de massa nesse contexto de modernidade-colonialidade da sociedade em que a regulação capitalista é plasmada. A educação escolarizada não tem apenas a missão de preparar mão de obra para o mercado de trabalho, mas “formar” sujeitos que acreditem que o projeto moderno capitalista eurocentrado de sociedade seja a única possibilidade factível de sociedade. Assim, a regulação estatal da educação tem um papel privado, isto é, atender aos interesses de determinadas classes e grupos sociais hegemônicos em função das necessidades globais e locais do Mercado.

Em contrapartida, os movimentos sociais vão ganhando força ao denunciar as contradições geradas pela exacerbação da regulação capitalista e os movimentos educacionais de origem não burguesa (em sua maioria de base marxista ou anarquista) vão se fortalecendo ao resistir e ao criticar a educação estatal regulada pelos interesses burgueses oferecida aos trabalhadores.

O sistema regulador de pretensão hegemônica passa a conviver com o parcelamento cada vez mais agressivo da sociedade, dificultando quaisquer possibilidades de generalização das lutas comuns no seio das relações sociais modernas. Em uma sociedade globalizada e regida pela lógica do Mercado, a individualização da cidadania e o individualismo exacerbado pela competitividade (eficiência e eficácia) corroem a ideia de bem comum. Com isso, o papel dos Movimentos Sociais fica mais evidente no fortalecimento de lutas coletivas, porém não mais universais. A Educação Popular continua com seu papel de denúncia das práticas desumanizadoras e de anúncio libertador, contudo, com novas bandeiras, como as identidades de gênero, de raça, de etnia, sexual, e também as de figuração de sustentabilidade ambiental constituindo-se em princípios e conteúdos da Educação Popular.

8 Azevedo afirma que “os fundamentos da liberdade e do individualismo são tomados aqui para justificar o mercado como regulador e distribuidor da riqueza e da renda, compreendendo-se que, na medida em que potencializa as habilidades e a competitividade individuais, possibilitando a busca ilimitada do ganho, o mercado produz, inexoravelmente, o bem-estar social” (1997, p. 10).

A própria difusão do poder disciplinador, antes centrado no Estado, dilui a capacidade da sociedade atual de lutar pelo bem comum. A dinâmica de sedimentação de interesses corporativos de determinados grupos hegemônicos e não de classes faz com que o direito torne-se cada vez mais privilégio individual, aumentando em progressões geométricas o grau de exclusão dos sujeitos e de certos grupos não hegemônicos do acesso aos direitos civis. A mobilização dos Movimentos Sociais não se centra somente na luta pelo fim do capitalismo, mas, sobretudo, pelo acesso aos direitos básicos, como moradia, saúde, educação, segurança social, como também o direito a construir as mais inúmeras identidades culturais.

A difusão do poder também não significou sua distribuição, ao contrário, representou o deslocamento de sua centralidade, relativizou-se o poder das mãos públicas do Estado para o fortalecimento do poder nos braços privados das agências internacionais de fomento. Se antes o Estado era o espaço decisório sob a legitimidade democrática da soberania popular através do voto, hoje o espaço decisório é difuso, na medida em que não se concentra em um único lugar. Mas, em contrapartida e contraditoriamente, é centrado na proporção que se desloca para *locus* aparentemente virtual de conglomerados internacionais que, apesar de sua mundialização, é concentrado em grupos numericamente minoritários que possuem o poder decisório do capital especulativo global.

Nesta lógica, o bem comum propagado pela modernidade tornou-se cada vez mais bem privado das elites que prometem que sua saúde financeira e social representa a saúde de todos. Isso pode ser notado quando os avanços e os progressos da ciência, da tecnologia e da economia só são assim considerados se estiverem em função do aperfeiçoamento da lógica e da ação capitalista em benefício das elites regional, nacional e internacional.

Podemos observar, por exemplo, que a tecnologia que poderia ser utilizada para diminuir a alienação do trabalho, liberando o cidadão do labor para a liberdade de uma vida mais humanizada, metamorfoseou-se no principal instrumento de otimização dos meios de produção, aprimorando os processos de alienação e mais valia. A tecnologia tornou-se uma das vias de exclusão do homem e da mulher até mesmo do direito de ser explorado no trabalho para se libertar da exploração. A tecnologia é um mecanismo de poder produzido e gerenciado em grande parte fora do espaço público do Estado e, por consequência, sem um comprometimento com o bem comum **de todos**, mas compromissada com a otimização dos processos de competitividade e de produtividade do Mercado, ou seja, uma afiliação direta com o bem-estar privado.

Diante do exposto, tanto os Movimentos Sociais quanto a Educação Popular ganham mais sentido e pujança históricos. Mostra-se urgente o esforço de ambos para evidenciar as contradições cada vez maiores, mas também cada vez mais dissimuladas pela híbrida sociedade moderna-pós-moderna.

A complexidade da atual sociedade, com suas instabilidades crescentes, desmantela com as escalas de valores que até então vinham regulando as relações sociais, de certa forma, legitimando e implementando o poder regulador do Estado. A fragilização nas

escalas de valores é perceptível no aumento e na banalização da violência, que, a cada dia, torna-se mais intensa e institucionalizada. O aumento dos índices de desemprego é a institucionalização de um dos mais violentos fenômenos da modernidade febril. A insegurança no mundo do trabalho gerada pelos altos índices de desemprego faz com que as condições de trabalho sejam cada vez mais minimizadas na mesma medida em que se exige uma maior qualificação profissional traduzida em uma maior produtividade. A desregulamentação do trabalho é uma evidência desse processo. Melhor dizendo, a nova regulamentação do trabalho que fragiliza sua contratualização anuncia a institucionalização da violação do próprio direito ao bem comum, que perde espaço para o direito privado das corporações internacionais, principalmente as financeiras. Os(as) trabalhadores(as), empregados(as) e desempregados(as) (empregáveis e não empregáveis), perdem suas saúdes e até mesmo suas "almas" (dignidade social) em função da saúde das agências macro-capitalistas e da economia de mercado.

A degeneração do tempo-espaço nacional estatal caracteriza-se pela expansão do ciberespaço e seu tempo instantâneo; a expansão do agronegócio e a degradação ecológica com seu tempo glacial. A instantaneidade do tempo do mercado financeiro volátil que se choca com o tempo da burocracia estatal nacional. Fluxos do dinheiro virtual são transferidos em frações de segundo, enquanto a máquina estatal emperra nas suas engrenagens burocráticas à espera de votações no congresso, de conchavos políticos ou de pareceres jurídicos. A tendência é o espaço-tempo estatal adotar ou buscar, no mínimo, aproximar-se da instantaneidade do mundo cibernético. Enquanto que o tempo glacial é devagar, convive com o drama do desmatamento e a necessidade do reflorestamento, do aniquilamento das populações indígenas e sua resistência sociopolítico-cultural e epistêmica.

Por conta de sua pretensa hegemonia, o tempo-espaço nacional estatal é criticado pelas inconstâncias de suas práticas sociais. O dilema é como acelerar e frear ao mesmo tempo, como conciliar os interesses de um tempo fluido e dinâmico do espaço privado com o tempo pesado e lento do espaço público. Se por um lado, o Estado é pressionado pelas forças do Mercado para atender a suas necessidades, por outro, é pressionado pelos Movimentos Sociais, como também pela Educação Popular, para cumprir com seu papel anunciado no início da modernidade de garantir as condições para a democracia e a cidadania, a emancipação.

Esse conjunto de fatos faz com que a contratualização da sociedade entre em questão e passe por transformações vertiginosas em termos de forma e de conteúdo. O mundo pós-industrial vive da exacerbação contratual, contudo sob novas lógicas e novos princípios. Em vez do bem comum, temos a *contratualização individualista* (SANTOS, 1999). As relações sociais são pautadas pelos princípios das relações de produção, de consumo e de especulação, tendo como referência básica a lei da competitividade, da volatilidade e da flexibilidade do mercado. Essas novas referências dificultam ou mesmo inviabilizam pensar-se em bem comum, em um regime geral de valor, espaço-tempo público e em um

sistema comum de medidas. Assim, o projeto moderno de sociedade por dentro entra em colapso, ele mesmo produz fissuras que se transformaram em rachaduras profundas.

Com a mutação da sociedade moderna e a exacerbação de sua fluidez, novas bandeiras de luta e novas metodologias reivindicatórias são constituídas pelos Movimentos Sociais e a Educação Popular. Temos a radicalização das lutas dos povos indígenas na América Latina, dos afrodescentes das várias partes do mundo, dos homoafetivos, dos sem tetos, sem terra, entre outros. Acontece, nesse contexto, não somente a radicalização das lutas, mas, sobretudo, a reinvenção das formas de mobilização dos Movimentos Sociais e das práticas pedagógicas da Educação Popular.

Destacamos que tanto os Movimentos Sociais como a Educação Popular tiveram e têm um papel fundamental para evidenciar as contradições e as ambiguidades constituintes da sociedade contratual. Quanto mais se acirravam as tensões entre Movimentos Sociais e Educação Popular com a sociedade contratual, mas se estampavam a incapacidade do projeto da modernidade em cumprir com suas promessas e a urgência de construção de projetos societais outros.

A preocupação em analisar a constituição da sociedade moderna (contratual) e a emergência da sociedade pós-moderna (pós-contratual)⁹ é devido a que os Movimentos Sociais e a Educação Popular firmarem suas bases no contexto da modernidade contratual. Destacamos que a crise desses alicerces representa a necessidade de ressignificar, tanto da Educação Popular como dos Movimentos Sociais.

Os Movimentos Sociais e Educação Popular, na medida em que reivindicavam as promessas da modernidade para aqueles e aquelas que historicamente estavam marginalizados, evidenciavam e evidenciam a incapacidade da própria modernidade de implementar o conteúdo emancipador de seu discurso. Quanto mais se acirravam e acirram os discursos e as práticas dos Movimentos Sociais e da Educação Popular, mais a sociedade moderna aumentou e aumenta seu poder de regulação e menos implementa as condições de democratização da emancipação.

Frisamos que os processos de globalização são constituídos pelas interações difusas entre a modernidade contratual e a sociedade pós-contratual em dinâmicas de mútua alimentação, ou seja, quanto mais o sistema mundial velho se transforma, mais realidades emergentes surgem, e quanto mais essas emanarem, mais o velho sistema se metamorfoseia. Isso ocorre porque o velho sistema traz em si as contradições que impulsionam sua própria transformação: como as novas realidades crescem do seio do velho, sua intensificação representa a contaminação do velho pelo novo, criando um campo de possibilidades, de indeterminações, de interpretações e de ressignificações. Assim, em vez do fim da história, temos a intensificação do seu recomeço, contada e vivida pela mediação constante e não linear entre os pensamentos hegemônicos e os contra-hegemônicos, entre as forças globais e as locais. Perceber esses processos é fundamental

9 Versão atualizada da modernidade. A sociedade pós-contratual, pós-industrial ou pós-moderna não significa o fim da modernidade, mas a falência e a atualização de seus elementos constituintes.

para os Movimentos Sociais e a Educação Popular poderem evidenciar as contradições conjunturais e estruturais das globalizações neoliberais e os projetos societais locais e interlocais, no intuito de pressionar o aceleração das mudanças na direção da construção de projetos de sociedade outros.

Salientamos que as globalizações passam por processos que Berger (2004) chama de *adaptação criativa e hibridização*, destacando o poder de reação do local às investidas do global. Destacamos que as localidades periféricas têm o potencial de produzir projetos societais outros que se contraponham aos projetos hegemônicos neoliberais. Os Movimentos Sociais e a Educação Popular podem intensificar as possibilidades de construção desses projetos societais outros oriundos dos povos e grupos sociais historicamente silenciados e subalternizados.

As localidades periféricas possuem o potencial de construção de projetos de sociedades outros por terem na constituição de suas realidades e de seus sujeitos duas características fundamentais: a *inconclusão* e a *incompletude* (FREIRE, 2002). Por um lado, a realidade enquanto construção social é indeterminada, dialética, contraditória, um sistema aberto e complexo; por outro, o ser humano possui uma natureza social inconclusa (por estar a se fazer fazendo a partir dos mecanismos da realidade mutante), incompleta (por se construir numa relação de complementaridade). É papel dos Movimentos Sociais e da Educação Popular evidenciar a inconclusão e a incompletude dos contextos e dos sujeitos das periferias para aguçar suas forças rebeldes de construções societais outras.

Estas atribuições e expectativas devem-se à compreensão de que, quanto mais qualificados(as) na dimensão humana e comprometidos(as) na dimensão política forem os sujeitos das localidades, maior o seu poder reflexivo e propositivo frente às imposições globais, por isso a importância política e pedagógica dos Movimentos Sociais e da Educação Popular.

A construção de localidades periféricas propositivas se dá na relação entre *ação conformista* e *ação rebelde*. Para Santos (1999), a *ação conformista* reduz o realismo ao que existe e a *ação rebelde* representa a capacidade do desvio, da crítica, da criatividade, da proposição, do ir além, da ressignificação. No que se refere à *ação rebelde*, o autor afirma que pode

[...] distribuir socialmente a ansiedade e a insegurança, criando condições para que a ansiedade dos excluídos se transforme em causa de ansiedade dos incluídos e se torne socialmente evidente que a redução da ansiedade de uns é possível sem a redução da ansiedade dos outros (p. 59).

A *ação rebelde* que substancia as localidades periféricas crítico-propositivas é uma das formas de socializar tanto os efeitos da exclusão entre os incluídos, como de exigir a redistribuição da renda e dos benefícios dos avanços tecnológicos e da produção da riqueza mundial com os excluídos. A Educação Popular tem em sua prática pedagógica as condições epistêmicas e políticas de desenvolver **ações rebeldes**.

A nosso ver, a localidade propositiva precisa de um contrato social flexível firmado em duas pilstras: no *conhecimento eco-emancipador* e na *ação rebelde*. A eco-emancipação

deixa de ser um discurso para se tornar uma práxis na medida em que é incorporada pela *ação rebelde* dos sujeitos da localidade, sejam eles individuais ou coletivos (os Movimentos Sociais). A *ação rebelde* pode ser incorporada como conteúdo, metodologia e teleologia da Educação Popular e dos Movimentos Sociais.

Educação Popular e os Movimentos Sociais sob o olhar da crise das ciências modernas

Vamos olhar os Movimentos Sociais e a Educação Popular sob a ótica da crise das ciências modernas e da emergência de ciências assentadas em epistemologias outras e na “aplicação edificante da ciência (...) numa nova articulação, mais equilibrada, entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento com o objetivo de transformar a ciência num novo senso comum” (SANTOS, 2006, p. 26). Frisamos, assim, o caráter comprometido da ciência e, conseqüentemente, do conhecimento por ela produzido. Compreendemos, desta forma, que o conhecimento científico, por se fazer a partir da relação contingenciada do sujeito com a realidade¹⁰ enquanto ato educativo, é incompleto e impreciso¹¹, constitui-se de um discurso precário sobre a realidade.

Não há como discutir o papel da Educação Popular e dos Movimentos Sociais na direção de projetos sociais eco-emancipadores que não seja rompendo com modelos epistêmicos supostamente e dissimuladamente neutros da modernidade.

A epistemologia das ciências dos conhecimentos emergentes não rompe com as bandeiras de liberdade, de igualdade e de solidariedade (SANTOS, 2006) anunciados pela Modernidade e que os Movimentos Sociais e a Educação Popular lutaram para suas materializações. Mas destaca a importância de reinventá-las, considerando as singularidades dos contextos locais em diálogo com as exigências dos contextos globais. A contextualização dessas três bandeiras não desconsidera a grande promessa moderna de emancipação, contudo, atualiza-a como, por exemplo, chamando para o debate os problemas ecológicos que afligem a sociedade, por isso chamarmos a atenção para a eco-emancipação. Ou seja, não adianta resolvermos os problemas de exploração, exclusão e outros tipos de desumanização se a relação do ser humano-natureza continua matizada pela mentalidade devastadora e antropocêntrica.

Com isso, tanto a Educação Popular como os Movimentos Sociais têm novas bandeiras de luta, como por exemplo a dimensão ecológica da vida planetária. Melhor dizendo, a defesa da vida digna não somente dos seres humanos, mas de todos os seres vivos e não vivos do planeta. Por isso, a necessidade da construção da consciência ecológica: a ecocidadania.

Essa perspectiva parte da premissa de que os problemas que atacam a sociedade são interdependentes, constituindo teias em que o ser humano é um fio e não a própria

10 Realidade compreendida a partir da ideia de natureza “[...] como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão essencialmente inter-relacionadas e só podem ser entendidas como modelos de um processo cósmico” (CAPRA, 1999, p. 72).

11 Para Meneses (2004), “não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos, há constelações de conhecimentos” (p. 735). Assim, o conhecimento se constitui da integração de diversos saberes precários e contingenciados.

teia. A eco-emancipação e a ecocidadania não são conceitos universais, não são novas metanarrativas, e nem têm sua origem exclusiva nos intelectuais dos países centrais ou das centralidades dos países periféricos. É uma construção local e, ao mesmo tempo, global, mas que tem seus firmamentos nos povos e grupos da periferia.

Como afirma Meneses (2004), a concepção de progresso, de solução dos problemas dos países não centrais e, por conseguinte, de eco-emancipação não podem ser impostas pelos intelectuais dos países centrais, mas construídas pelas comunidades periféricas em diálogo com a globalidade. Por isso, por um lado, a Educação Popular tem papel fundamental enquanto Teoria e Prática (Práxis) que expressam as lógicas não hegemônicas constitutivas das comunidades locais e interlocais; e, por outro lado, os Movimentos Sociais constituem espaço-tempo de condensação das vozes que, historicamente, foram e são licenciadas. Os Movimentos Sociais e a Educação Popular são *locus* privilegiados de contextualização da compreensão da eco-emancipação e da ecocidadania.

Nessa linha de raciocínio, é uma prerrogativa pensar na “geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz” (SANTOS, 2006, p. 29). Noutros termos, significa olhar para as comunidades locais enquanto *locus* diferenciados e menos colonizados pela lógica restrita e fechada da modernidade. Por isso, a necessidade de problematizar a razão de ser do conhecimento, em especial, o conhecimento científico e escolar. Esta problematização tem como uma de suas referências as necessidades existenciais das periferias, como também os ataques que passam as ambiências ecológicas.

Contudo, a perspectiva epistêmica aqui apresentada não pode se confundir em uma visão localista. De um local-comunidade puro, fechado em si mesmo. A pós-modernidade crítica considera “tanto o nível macropolítico da organização estrutural quanto o micropolítico de manifestações de opressão diferentes e contraditórias como formas de análise das relações globais de opressão” (MCLAREN, 1997, p. 69). Isto significa que não se pode confundir a pós-modernidade de oposição com uma visão localista e descomprometida politicamente; ao contrário, sua natureza se compõe do movimento das relações locais e globais, constituindo pontos de interseção interpretativos e de intervenções a partir de projetos políticos eco-emancipatórios. Com isso, tanto os Movimentos Sociais como a Educação Popular também não podem ficar restritos a bandeiras pontuais sem fazer conexões com lutas mais amplas. Ou seja, não podem ficar focados em questões conjunturais e perder de vista questões estruturais. Há relações de interdependências entre ambas as questões.

Os Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos se colocam como críticos das novas configurações da modernidade (a modernidade neoliberal) ou de um “pós-modernismo relativista” que defende a ideia de que tudo é válido e não há mais bandeiras a serem defendidas pelos Movimentos Sociais e a ser tratada pela Educação Popular.

Já a pós-modernidade resistente, segundo McLaren (1997), coloca em questão o ideário propagado pela modernidade da crença da emancipação através do avanço da

tecnociência aplicada, principalmente, a produção de bens e de serviços. Isto é, o pensamento pós-moderno de esquerda denuncia as novas formas de opressão implementadas no atual estágio do capitalismo: a modernização das relações de produção e de consumo da sociedade global fundada no ideário neoliberal do consumismo.

Em oposição à imposição do pensamento único, do falso consenso, a pós-modernidade crítica defende a construção de uma política das diferenças (MCLAREN, 1997). Tal política valoriza o sujeito, o coletivo e o pensamento local em diálogo com o global. Por isso, ela não se faz apenas de um discurso crítico, mas, sobretudo, constitui-se de formas de intervenção que tratem a diferença como elemento constitutivo da realidade. Diferença que se distingue da discriminação ou da diversidade que defende a posição que as diferenças são naturais e por isso cabe apenas a tolerância entre os diferentes.

Ressaltamos que a Pós-Modernidade de Oposição ou Resistente é uma crítica interna da Modernidade, uma autocrítica moderna em que as bases estruturais, já expostas anteriormente, são questionadas, mostradas insuficientes, que demandam não apenas reformas ou novos adereços macroestruturais, mas ideários sócio-históricos que substanciam ecologia de saberes, democracia participativa, simetria econômica e socio-política e reciprocidades identitárias.

Assim, é uma teoria social e histórica interna à Modernidade, que embasa os sujeitos a desmistificarem os discursos e as práticas modernas hegemônicas no caminho da construção de práxis eco-emancipadoras locais e interlocais. Desta maneira, de acordo com McLaren, “a crítica pós-moderna pode servir como uma crítica intervencionista e transformadora da cultura” (1997, p. 68) e de outras dimensões da vida humana.

Para Santos (2006), a pós-modernidade de oposição,

[...] em vez de renunciar a projectos colectivos, [propõe] a pluralidade de projectos colectivos articulados de modo não hierárquico por procedimentos de tradução que se substituem à formulação de uma teoria geral de transformação social. Em vez da celebração do fim da utopia, proponho utopias realistas, plurais e críticas. Em vez da renúncia à emancipação social, proponho a sua reinvenção. Em vez da melancolia, [propõe] o optimismo trágico. Em vez do relativismo, proponho a pluralidade e a construção de uma ética a partir de baixo. Em vez da desconstrução, [propõe] uma teoria crítica pós-moderna, profundamente auto-reflexiva mas imune à obsessão de desconstruir a própria resistência que ela funda. Em vez do fim da política, [propõe] a criação de subjectividades transgressivas pela promoção da passagem da acção conformista à acção rebelde. Em vez do sincretismo acrítico, [propõe] a mestiçagem ou a hibridação com a consciência das relações de poder que nela intervêm, ou seja, com a investigação de quem hibrida quem, o quê, em que contextos e com que objectivos (p. 29).

Esta corrente alicerça-se na visão de que a vida, a realidade, o ser humano e o conhecimento não se constituem de etapas lineares e estanques, mas de simultaneidades difusas, intersecivas e interdependentes em dinâmicas constantes e descontínuas

(CAPRA, 1996). Com isso, as identidades e os papéis dos Movimentos Sociais e da Educação Popular são reconstituídos continuamente em dinâmicas difusas e contextualizadas.

Compreendemos, dessa forma, que os Movimentos Sociais e a Educação Popular são sistemas abertos que vivenciam processos de *auto-produção* e *auto-organização* (MORIN, 2000a-b). Estas se constituem e se alimentam, na perspectiva da Teoria da Complexidade, através do dialógico, da recursão organizacional e hologramático. O primeiro diz respeito à capacidade de unir ideias, princípios ou noções antagônicas indissociáveis e indispensáveis para compreensão da realidade. Parte da ideia de complementaridade dos elementos e não de sua exclusão. Tanto os Movimentos Sociais e como a Educação Popular reúnem bandeiras que, por vezes, aparentam antagonismos, mas que se complementam, criando uma rede amplificada de significados. O segundo “vai além do princípio da retroação (feedback); ele ultrapassa a noção de regulação para aquele de autoprodução e auto-organização” (MORIN, 2000a, p. 204). São processos circulares em que os Movimentos Sociais e a Educação Popular são produtos e produtores de si mesmos e da realidade, são causa e efeito reciprocamente. O terceiro trata da relação entre parte e todo, ou seja, a parte traz a totalidade (organismo global) em sua natureza sistêmica.

Breves considerações

Os Movimentos Sociais e a Educação Popular trazem consigo os elementos constitutivos da sociedade, principalmente suas contradições e assimetrias, por isso estão em contínuo processo de ressignificação de suas naturezas sociais e suas bandeiras de luta através e a partir de seus contextos sócio-históricos.

Em sendo assim, não se pode pensar em uma forma de atuação universal e global dos Movimentos Sociais nem da Educação Popular. O próprio sentido e conteúdo do popular dependem das inúmeras tensões e interseções entre o local e o global em relações de assimetria sócio-econômico-política e cultural.

Desta forma, compreendemos que a Educação Popular traz, em sua natureza socio-política, cultural e pedagógica, os projetos dos povos e grupos étnico-sociais que historicamente foram e são marginalizados pela sociedade moderna e, atualmente, pós-moderna. A Educação Popular é a expressão multifacetada das várias epistemologias que foram e são construídas fora das universidades, mas por estas estudadas. A Educação Popular é constitutiva dos Movimentos Sociais Populares, melhor dizendo, é constituída pela *Pedagogia do Oprimido, da Esperança e da Autonomia*, pela *Pedagogia da Vida*, *Pedagogia da Terra*, *Pedagogia do e no Campo*, *Pedagogia Social*, *Pedagogia Indígena*, *Pedagogia Decolonial*, que se contrapõem às *Pedagogias Clássicas e Neoliberais*.

Nessa perspectiva, a Educação Popular constitui-se de práticas sociais que visam criar as condições de construção da autonomia individual e coletiva dos grupos marginalizados, tendo como referências novas e antigas bandeiras de luta. Bandeiras que emergem de lutas locais, interlocais e globais, que continuamente são recontextualizadas.

Em nossa ótica, revisitar a Educação Popular e os Movimentos Sociais requer valermos-nos de epistemologias que não se restrinjam aos paradigmas hegemônicos modernos de ciência. É preciso realizar transgressões metodológicas e epistêmicas para poder melhor dialogar com a complexidade dos seus contextos e de suas naturezas. Estas compreendidas como sistemas abertos e flutuantes. De igual maneira, ampliar o seu alcance político não somente enquanto conteúdo, metodologia e perspectivas, mas, sobremaneira, de natureza epistemológica, evidenciando a geopolítica e as organizações complexas, criativas e provocadoras dos saberes populares, da ancestralidade e das sabedorias oriundas da oralidade e das ritualidades que engendram várias linguagens e desvelam possibilidades outras de aprender, de ser, de agir e interagir no e com o mundo.

Referências

- AZEVEDO, J. M. L.. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.
- BERGER. P. L. A dinâmica cultural da globalização. In: BERGER. P. L; HUNTINGTON, S. P. (Org.) **Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- _____. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GLEISER, M. **Criação imperfeita: cosmo, vida e código oculto da natureza**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- MARTINS, P. H.. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria**. Buenos Aires: Estudios Sociológicos, 2012.
- MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MENESES, M. P. *Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique*. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre a ciência revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MIGNOLO, W. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: la lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. In: CONFERENCIA INAUGURAL DEL PROGRAMA DE ESTUDIOS POSTCOLONIALES, EN EL CENTRO DE ESTUDIOS AVANZADOS, DE LA UNIVERSIDAD DE COIMBRA, Coimbra, 2005.

_____. **Historias locales/diseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2011.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

_____. O pensamento complexo, um pensamento que pensa. *In*: MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Le. **A inteligência da complexidade**. 3.ed. São Paulo: Petrópolis, 2000b.

QUIJANO, A. colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O fim das descobertas imperiais. *In*: OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (Orgs.). **Redes culturais, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Os processos da globalização. *In*: SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000b.

_____. Reinventar a democracia: entre pré-contratualismo e o pós-contratualismo. *In*: HELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciência sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 10. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

_____. **Pelas mãos de Alice**: social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

TORRES, D. X. **Concepções de avaliação da aprendizagem de professoras que atuam em escolas situadas em áreas rurais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPE: Centro de Educação, Recife, 2013.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Recebido em: 10/10/2014

Aprovado em: 27/10/2014

Para referenciar este texto:

SILVA, Janssen Felipe da *et al.* Educações populares e movimentos sociais nas crises da modernidade: um olhar através dos estudos pós-coloniais. **Lumen**, v. 23, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 2014.